

25 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

Legalidade do CNJ

Instituído conforme previsão na Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) se tornou alvo de polêmica depois de questionamentos de magistrados sobre a sua legitimidade para instauração de procedimentos administrativos disciplinares. A intenção é limitar a atuação do órgão, principalmente, no que diz respeito à uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados.

O assunto merece uma discussão mais aprofundada da sociedade como um todo, além das esferas judiciais. O CNJ tem como missão contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade em benefício da sociedade. E esse fator se traduz, sim, em fiscalizar e instaurar procedimentos de investigação contra juízes denunciados. Se a sociedade cobra a transparência na política por que o Judiciário deve ficar de fora?

O Poder Judiciário é o guardião das leis, responsável pelo seu cumprimento efetivo. Deve ser um órgão de confiança da sociedade e, por isso, é vital que haja total transparência em todas as suas esferas. É fundamental limpar de seus quadros juízes corruptos ou que não exercem

adequadamente as suas funções. A fiscalização é primordial justamente por este fator, para não deixar que maus profissionais continuem maculando a imagem da Justiça.

Processos transparentes, em todos os setores da sociedade, são de fundamental importância para o exercício da democracia. A lei

deve valer para todos e, por isso, a atuação do CNJ não deve ser cerceada. Só temem o seu livre exercício maus juízes. No Estado de Direito o interesse individual não deve se sobrepor ao coletivo.

Várias ações em trâmite no Supremo Tribunal Federal questionam os limites de atuação do CNJ. Há ainda na corte Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em que se questiona a Resolução 135. O item "dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências". A AMB alega a inconstitucionalidade da norma. No entanto, é preciso pressão popular para que o CNJ continue a atuar para favorecer a transparência no Judiciário.

O Judiciário deve ser um órgão de confiança da sociedade e é vital que haja total transparência em todas as suas esferas

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA 25 NOV 2011

Travessa

O dono da loja da Sete de Setembro, invadida por um biarticulado, reclama que até hoje não foi indenizado. Também os ônibus são mais rápidos que a Justiça.

Arrependimento

Arrependimento eficaz no caso Derosso é ungi-lo com a condição de vice na chapa oficial de Luciano Ducci. Seria um julgamento direto, inclusive do sentido de lealdade do grupo.

CLÁUDIO HUMBERTO

Vovô maluquinho

A Justiça Federal do Paraná condenou o cartunista Ziraldo a dois anos e dois meses de prisão por fraude de R\$ 525 mil no 1º Festival de Humor Gráfico das Cataratas do Iguaçu, em 2003, quando o jornalista Hélio Lucas denunciou o esquema na organização do evento.

GAZETA DO POVO

ENCERRAMENTO

25 NOV 2011

Conferência dos Advogados
termina com dez propostas
para melhorar o Brasil

Conferência Nacional dos Advogados

Dez propostas para tornar o Brasil um país melhor até 2021

O jurista Luís Roberto Barroso, no último dia da Conferência

Nacional da OAB,

defende "nova

narrativa" para a

sociedade brasileira

Dez temas de alta relevância para o Brasil. Foi o que apresentou o advogado constitucionalista Luís Roberto Barroso na palestra de encerramento da 21.ª Conferência Nacional dos Advogados, ontem, em Curitiba. Partindo do tema "Democracia, Desenvolvimento e Dignidade Humana: Uma Agenda para os Próximos Dez Anos", Barroso elencou audaciosas propostas para o Judiciário, o Executivo e a sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, o jurista propôs que o país faça um exercício de pensamento que ajude a definir seu lugar no mundo. Para

tanto, sugeriu a realização de um concurso multidisciplinar sob o tema "Uma nova narrativa para o Brasil", para promover a pesquisa sistemática e o pensamento original que contribuam para a auto-compreensão do país, sua gente e seu lugar no mundo.

A segunda proposta coincide com o que chamou de "grande consenso nacional", que é a necessidade de uma ampla e urgente reforma política. Só assim, alerta Barroso, seria possível produzir um arranjo institucional que diminua o custo das campanhas, que dê autenticidade aos partidos, que seja capaz de absorver crises e ajude na formação de maiorias políticas estáveis no Parlamento.

Saneamento básico foi sua terceira proposta, tida como "a principal política pública de saúde preventiva" e a quarta sugestão foi a busca de um sistema punitivo que cumpra adequadamente as funções da pena criminal, uma vez que o atual não previne, não ressocializa e gera a sensação de impu-

tidade. Um projeto educacional ambicioso foi a quinta proposta apresentada na conferência, com ênfase em programas nacionais de capacitação de professores, uso amplo dos recursos tecnológicos para educação a distância e com o ensino médio elevado à condição de prioridade máxima.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Trânsito

A sexta medida seria retirar "o glamour da velocidade irresponsável e o clima de festa da embriaguez", apontando as mortes no trânsito como outro grave problema brasileiro. Na palestra, o constitucionalista disse que, em 2010, os acidentes de trânsito causaram mais de 40 mil mortes, sendo necessárias conscientização, fiscalização e repressão para reduzir a estatística. Mais avanços em termos de direitos humanos foi a sétima proposta, com foco também no tocante aos direitos sociais. Como desdobramento da discussão acerca desses direitos, a proteção das minorias foi sua oitava sugestão, com um Estado capaz de assegurar a descriminalização do aborto, ações afirmativas para pobres e negros, e direitos aos homossexuais. A penúltima proposta teve como foco a transparência em relação ao orçamento público, ainda considerado uma "caixa preta, desconhecida e inacessível".

Por fim, a décima proposta de Barroso abrange imediatas transformações no mundo jurídico, marcado pela alta litigiosidade. Entre as principais sugestões, estão o incentivo à cultura das soluções consensuais, a instituição de um Exame Nacional de Magistratura como requisito para inscrição nos concursos para juiz e o aprimoramento do mecanismo da repercussão geral no Supremo Tribunal Federal.

25 NOV 2011

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 25 NOV 2011

PROPOSTAS

Veja quais são os 10 temas de alta relevância para o Brasil:

- 1** Construir uma nova narrativa para a autocompreensão do país.
- 2** Realizar uma reforma política ampla e urgente.
- 3** Investir em saneamento básico como política de saúde preventiva.
- 4** Reformular o sistema penal brasileiro.
- 5** Ter um projeto educacional ambicioso, com ênfase no professor e no ensino médio.
- 6** Ampliar as ações de trânsito de modo a reduzir as mortes.
- 7** Avançar na garantia de direitos humanos e sociais.
- 8** Proteger as minorias, especialmente pobres e negros.
- 9** Tornar o orçamento público mais transparente.
- 10** Promover mudanças no ambiente jurídico, marcado pela alta litigiosidade.

DOCUMENTO

Evento lança a Carta de Curitiba

A leitura da Carta de Curitiba encerrou oficialmente a conferência. Alguns dos principais pontos do documento foram a crença em uma imprensa livre, sujeita apenas aos controles sociais; rejeição aos abusos do Estado policial; defesa da autonomia dos indivíduos nas suas escolhas existenciais, da liberdade de religião à liberdade de orientação sexual; condenação dos modelos políticos que favorecem o benefício privado e uma reiteração da luta para preservar a qualidade do ensino jurídico no Brasil.

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, agradeceu a participação de todos. "Aqui em Curitiba, concluímos que a advocacia continua exatamente onde deveria estar: na vanguarda das lutas em prol do fortalecimento do nosso país". Para o presidente da seção Paraná da OAB, José Lúcio Glomb, esta foi a mais completa conferência já realizada.

8.055 profissionais

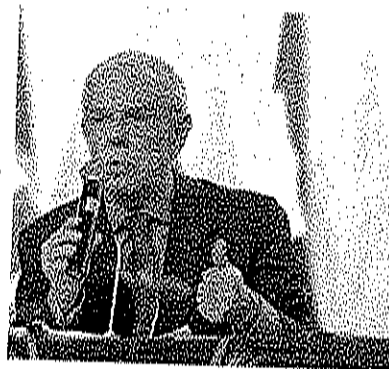
participaram da 21ª Conferência Nacional dos Advogados em Curitiba. Foram 4.715 advogados, 2.965 estudantes e 375 profissionais de outras áreas.

329 palestrantes

se apresentaram no evento em 20 painéis, 36 eventos especiais e 19 eventos paralelos, como debates e bate-papos.

56 expositores

montaram 96 estandes no evento que reuniu advogados de todo o país. Só no estande do Conselho Federal da OAB houve lançamento de 15 livros da área de Direito.



O ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos defendeu a reserva de vagas para negros, mas disse que as cotas "não podem existir eternamente".



O senador Demóstenes Torres falou da importância da luta contra o racismo: "Isso deve ser banido da ordem individual e coletiva".

CONTINUA

Controle da mídia

Vanessa Prateano

O controle social da mídia e o direito à comunicação foram alvo de um debate acalorado ontem, no último dia da conferência. Os oponentes do encontro, intitulado "Controle da Comunicação", foram o ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior e o jornalista e deputado federal Emiliano José (PT-BA), que apresentaram pontos de vista diferentes a respeito de qual órgão deve regular a mídia — o Estado, a sociedade civil ou os próprios jornalistas e empresas de comunicação.

O parlamentar foi um ardoroso defensor do controle estatal e afirmou que cabe à União o poder de

regular o mercado de audiovisual e impresso, para garantir que iniciativa privada, poder público e sociedade civil detenham participação igual nos veículos de comunicação. Para José, "dizer que regulação e controle são a mesma coisa é um mito, uma mentira e um farsaísmo". O deputado afirmou que é preciso criar conselhos de comunicação nos estados com o objetivo de incentivar a "pluralidade de discursos".

Já Reale Júnior se opôs frontalmente à regulação estatal e defendeu a autorregulação, como ocorre na área de Publicidade, além da figura do ombudsman, uma espécie de ouvidor dentro das empresas jornalísticas. O jurista infor-

mou que, em alguns estados, como o Ceará, os conselhos estaduais são dirigidos por membros governamentais, apesar de a lei determinar que a composição deva ser paritária entre secretarias, sociedade civil e jornalistas.

A defesa da Lei de Imprensa, derrubada pelo Supremo Tribunal Federal, foi o objeto de consenso do debate. Para ambos, a ausência da lei traz insegurança jurídica e falta de parâmetro a jornalistas e sociedade, pois ela impedia abusos de um e controle demasiado da outra. Os dois lamentaram que os magistrados tenham levado em conta o fato de ela ter sido criada durante o Regime Militar [em 1967], e não o seu conteúdo.

SISTEMA DE COTAS

Pelo fim das disparidades sociais no Brasil

Rodrigo Batista,
especial para a Gazeta do Povo

O ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) participaram do debate "Cotas Raciais e Sociais", na Conferência Nacional dos Advogados. Bastos defendeu a política de cotas raciais a fim de integrar a população afrodescendente aos serviços básicos. Já Torres manifestou-se a favor de cotas apenas sociais para favorecer toda a população de

baixa renda.

Apesar de posições contrárias, os dois concordaram em alguns pontos. "Precisamos diminuir as disparidades sociais", afirmou o senador. Depois, defenderam o uso da ação afirmativa. Bastos falou que as cotas "não podem existir eternamente, como patrimônio e reserva de mercado. Elas devem ser feitas para se contrapor a essa crescente desigualdade de acesso aos bens essenciais".

Além disso, o ex-ministro e Torres concordaram sobre a

importância de lutar contra o racismo. "Isso deve ser banido da ordem individual e coletiva", afirmou o senador. Bastos, na defesa das cotas raciais, disse que no Brasil ainda existe um racismo velado que pode ser encontrado na posição dos negros no trabalho. Segundo ele, as disparidades trabalhistas entre negros e brancos aumentou entre 1996 e 2007. "Isso só diminui com igualdade mediante a justiça distributiva", disse, defendendo o acesso aos bens sociais.

25 NOV 2011

GAZETA DO POVO

BOAS MEDIDAS DO CNJ

Os procedimentos adotados pela Corregedoria Nacional de Justiça para investigar a evolução patrimonial de magistrados suspeitos de cometerem vendas de sentença ou outras ilegalidades merecem o apoio não só da sociedade, mas também, e principalmente, dos membros do Poder Judiciário. A Corregedoria, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) precisa ter meios adequados e eficientes para conduzir suas investigações disciplinares, a fim de que não se transforme em órgão meramente burocrático e distanciado de sua importante atribuição fiscalizatória da magistratura. Por essa razão, não fazem sentido algumas críticas partidas de setores do próprio Judiciário, insatisfeitos com as investigações em alguns magistrados sob suspeita de enriquecimento patrimonial muito acima da realidade.

A *Folha de S. Paulo* publicou no dia 21 reportagem em que mostra que a Corregedoria Nacional de Justiça está elaborando um levantamento sigiloso sobre o patrimônio de 62 juízes que estão sob investigação, acusados de venda de sentenças e enriquecimento ilícito. O trabalho está sendo realizado com a colaboração da Polícia Federal, da Receita Federal, do Banco Central e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão que monitora movimentações financeiras atípicas. Esses levantamentos vêm sendo conduzidos sob sigilo e envolvem não só magistrados, mas também parentes ou pessoas que possam ser "laranjas" de juízes. As investigações buscam, assim, evitar que magistrados sob suspeita possam "disfarçar" o real alcance de seus patrimônios utilizando outras pessoas.

Esse procedimento, entretanto, vem sendo criticado por entidades de classe dos magistrados, que acusam o CNJ de abuso de poder. Há quem entenda que o CNJ estaria indo longe demais. Porém a adoção de meios complexos de investigação não caracteriza abuso de poder, nem violação legal ou constitucional. A iniciativa demonstra zelo pela eficiência investigativa,

Sem o uso de meios adequados — e o levantamento patrimonial com a colaboração de órgãos federais é um deles — muito dificilmente o CNJ conseguirá chegar a resultados eficazes em suas investigações.

Os procedimentos adotados pelo Conselho nas investigações disciplinares não trazem risco à independência ou à imagem do Poder Judiciário, como alguns de seus membros chegam a supor. Pelo contrário, as ações devem ser encaradas como salutares, uma vez que procura preservar os sagrados princípios pelos quais a magistratura deve se nortear. Ao remover de suas funções juízes que comprovadamente cometeram atos ilegais, o CNJ só engrandece a Justiça, cuja imagem perante a sociedade deve ser preservada a qualquer custo. Sem uma atuação diligente, entretanto, o oposto também é verdadeiro. Ao se permitir a impunidade de maus juízes, o Judiciário perde, no longo prazo, a sua credibilidade.

Os procedimentos investigatórios do CNJ devem ser entendidos como mais uma razão para não se permitir o esvaziamento da competência do Conselho, como desejam entidades de classe da magistratura. A competência do CNJ para instaurar processos disciplinares contra magistrados está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal, por associações de juízes que acreditam que o órgão estaria extrapolando sua competência e violando a independência do Judiciário. Esses argumentos são facilmente desconstruídos. Pela importância do trabalho do CNJ não se pode admitir a redução de seus poderes investigativos, o que tornaria o órgão um conselho meramente burocrático da magistratura.

Ao remover de suas funções juízes que comprovadamente cometeram atos ilegais, o CNJ só engrandece a Justiça, cuja imagem perante a sociedade deve ser preservada a qualquer custo

25 NOV 2011

GAZETA DO POVO

DIÁRIOS SECRETOS | PROCESSOS CRIMINAIS CONTRA O
EX-DIRETOR DA ASSEMBLEIA JÁ PODEM SER RETOMADOS

Exame atesta sanidade mental de Abib Miguel

¶ Ao contrário do que alegava sua defesa, o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel não tem qualquer problema mental que o impeça de responder na Justiça às acusações de desvio de dinheiro, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Segundo o laudo do Instituto Médico Legal (IML), Abib "mantém íntegra sua capacidade de entendimento e autodeterminação". Com a conclusão do exame psiquiátrico e psicológico, os processos criminais contra Bibinho – que se manteve no cargo por mais de 20 anos, até 2010 – já podem ser retomados e as audiências para instrução e julgamento marcadas.

"Discurso articulado, coerente, sentimento de constrangimento e tentativa de mostrar como se sente vitimizado no processo ao qual é submetido."

Trecho do laudo do Instituto Médico Legal a respeito da saúde mental de Abib Miguel, ex-diretor-geral da Alep.

25 NOV 2011

GAZETA DO POVO

DIÁRIOS SECRETOS

Laudo médico descarta problemas mentais em Bibinho

Resultado indica que ex-diretor-geral da Assembleia tem condições para responder às acusações de desvio de dinheiro do

Legislativo paranaense

Karlos Kohlbach

O ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel, o Bibinho, não tem qualquer problema mental que o impeça de comparecer às audiências e responder na Justiça às acusações do Ministério Público Estadual de desvio de dinheiro; formação de quadrilha; lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Essa é a conclusão do exame psiquiátrico e psicológico, obtido com exclusividade pela Gazeta do Povo, pelo qual Bibinho foi submetido no mês passado. Diante do resultado, o julgamento dos processos criminais contra Abib Miguel pode ser retomado já na próxima semana.

A realização do exame foi determinada em agosto deste ano pela juíza Ângela Regina Ramina de Lucca, da 9.ª Vara Criminal de Curitiba, depois

que advogados de Bibinho apresentaram um laudo médico atestando que o ex-diretor tinha "distúrbios psicopatológicos dentro das funções mentais" e que, portanto, estaria sem capacidade para responder aos processos. Diante do quadro clínico, a juíza suspendeu os dois processos criminais contra Bibinho e determinou a realização de novo exame no Instituto Médico Legal (IML) de Curitiba para confirmar o quadro psiquiátrico do ex-diretor.

Depois de três meses, o laudo da perita psicológica Regina Coeli Gallieri, afirma que Bibinho apresentou quadro depressivo no momento do exame, mas que tem perfeitas condições de comparecer às audiências e responder a qualquer questionamento sobre as acusações que lhe foram imputadas. "[Abib Miguel apresentou] quadro reativo de depressão pela situação vivenciada, contudo, mantém íntegra sua capacidade de entendimento e autodeterminação", diz um trecho do laudo.

Com a conclusão do laudo, a juíza intimou o Ministério Público para se manifestar. O MP argumentou que concorda com o resultado do exame e requereu que seja dado prosseguimento normal do processo criminal, marcando audiência para instrução e julgamento.

Outro lado

O advogado Eurolino Reis, que defende Bibinho, foi procurado ontem pela reportagem. Por telefone, Reis afirmou que não iria comentar o resultado porque

não teve acesso ao laudo. No entanto, adiantou que o exame comprova o quadro depressivo do cliente. "Agora uma médica diz que ele é capaz e outra diz que é incapaz para responder às acusações."

O próprio Bibinho admitiu durante o exame que acredita não ter problemas psiquiátricos e que procurou ajuda médica por sentir sintomas "decorrentes de sua prisão, do confinamento e das perdas pessoais que o processo pelo qual está sendo submetido ocasionaram". O ex-diretor afirmou também que buscou atendimento psiquiátrico porque apresentou sensação de perseguição "pela constante e insidiosa exposição na mídia".

Diários Secretos

Bibinho comandou por mais de 20 anos a diretoria-geral da Assembleia e só deixou o cargo, em março de 2010, quando a série de reportagens Diários Secretos revelou o esquema de desvio de dinheiro no Legislativo, que se utilizava de funcionários laranjas e fantasmas.

Após a publicação, o MP abriu investigação e concluiu que Bibinho era o chefe da quadrilha, que desviou cerca de R\$ 200 milhões. Além dele, os promotores acusam o ex-diretor da Casa José Ary Nassiff (administrativo) e Cláudio Marques da Silva (de Pessoal) de envolvimento com a quadrilha. Os três foram presos e depois denunciados pelos crimes de desvio de dinheiro, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica.

ENTENDA O CASO

Relembre o escândalo dos Diários Secretos:

2010

15 de março – Série de reportagens da *Gazeta do Povo* e da RPC TV revela um esquema de desvio de dinheiro dos cofres da Assembleia Legislativa por meio da contratação de funcionários fantasmas e laranjas.

24 de abril – Operação do Ministério Público (MP) prende dez pessoas, entre elas os então diretores da Assembleia Abib Miguel, o Bibinho (diretor-geral), José Ary Nassiff (diretor administrativo) e Cláudio Marques da Silva (diretor de pessoal). Bibinho é acusado de chefiar a quadrilha.

3 de maio – MP propõe a primeira ação criminal contra os ex-diretores por formação de quadrilha, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos. No mesmo mês, o MP ajuíza nova ação criminal. Depois disso, os promotores propuseram mais seis ações de improbidade administrativa contra os ex-diretores e contra deputados que ocuparam a presidência e a primeira-secretaria da Assembleia.

8 de novembro – Começa o julgamento do primeiro processo criminal ajuizado contra Bibinho e os ex-diretores por causa da contratação de funcionários fantasmas e fantasmas.

18 de dezembro – Bibinho deixa a prisão, beneficiado por uma decisão do STF.

2011

29 de agosto – Advogados de Bibinho ganham na Justiça suspensão dos dois processos criminais contra Bibinho, alegando que seu cliente sofre de distúrbios psiquiátricos. Na decisão judicial, é dado prazo de 45 dias para a elaboração de um laudo oficial sobre a saúde mental de Bibinho.

11 de março – Perícia médica feita pelo Instituto Médico Legal (IML) mostra que Bibinho apresenta quadro depressivo, mas que tem condições de comparecer às audiências e responder às acusações de desvio de dinheiro público, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

"Discurso articulado, coerente, sentimento de constrangimento e tentativa de mostrar como se sente vitimizado no processo ao qual é submetido."

"Calm, hipócido, apresenta integridade de suas funções cognitivas. Boa capacidade de atenção, tenacidade e concentração, mantendo-se em foco durante as entrevistas."

"Diz que acredita não ter problemas de ordem psiquiátrica e que os sintomas que vem sentindo são decorrentes de sua prisão, do confinamento e das perdas pessoais que o processo pelo qual está sendo submetido ocasionaram."

"O quadro apresentado pelo examinado Abib Miguel, não o impede de se manifestar a respeito dos fatos pelos quais está sendo processado, respondendo perguntas que lhe sejam dirigidas ou contestado as acusações que são feitas."

"No momento, o examinado apresenta-se plenamente consciente de seus atos para efeitos da vida civil ou para responder a processo criminal."

Trechos do laudo psicológico e psiquiátrico sobre Abib Miguel, o Bibinho.

PRÓXIMOS PASSOS

Com a conclusão do exame psiquiátrico e psicológico, que afirma que Abib Miguel, o Bibinho, tem capacidade para responder às acusações feitas pelo Ministério Público, a Juíza pode determinar o prosseguimento do julgamento das duas ações criminais. Caso a decisão seja pelo andamento dos processos, veja quais são os próximos passos:

- ▶ Depoimentos das testemunhas de acusação;
- ▶ Depoimentos das testemunhas de defesa;
- ▶ Depoimento do acusado, Abib Miguel;
- ▶ Alegações finais da acusação (Ministério Público) e defesa;
- ▶ Sentença.

GAZETA DO POVO

CASOTELMA

Acusado de matar psicóloga recebe pena de 18 anos

25 NOV 2011

MATINHOS

Oswaldo Rostaquilo, correspondente em Paranaguá

Após longo julgamento, Paulo Estevão de Lima, apontado como autor da morte da psicóloga Telma Fontoura, foi condenado pelo júri popular a 18 anos e nove meses de reclusão pelos crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver, além de multa. A sentença foi proferida na noite de quarta-feira. Lima saiu do Fórum de Matinhos acompanhado por dois policiais e, de acordo com a determinação judicial, vai para o Centro de Detenção de São José dos Pinhais.

Sobrinha do ator Ary Fontoura e filha do ex-secretário de estado da Saúde Ivan Fontoura, Telma lecionava na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) havia 27 anos. Ela foi encontrada enterrada na praia do balneário Shangri-lá, em Pontal do Paraná, no dia 12 de julho de 2010, depois de sair para caminhar na tarde do dia anterior.

O julgamento foi acompanhado por cerca de 40 pessoas, a maioria familiares de Telma. O ator Ary Fontoura também estava presente no julgamento. "Por mais que o acusado seja condenado, minha sobrinha não vai mais voltar", lamentou. "A justiça foi feita: o acusado foi visto por três vezes na praia onde o corpo da minha irmã foi achado. Além disso, a bituca de cigarro que foi encontrada próximo ao local tem o DNA dele", diz Rábio Fontoura, irmão da vítima.

Segundo o promotor de justiça do Ministério Público do Paraná, João Nilton Salles, a decisão foi satisfatória. "Foi um bom debate. O Ministério Público trabalha para que seja feita justiça e havia provas suficientes para a condenação do réu", afirma.

O advogado Murilo Buchman, que fez a defesa do réu, manifestou recurso de apelação logo após a sentença. "O Paulo é inocente e está sendo condenado injustamente. Não há consistência nas provas apresentadas pela promotoria", diz.

Ziraldo é 25 NOV 2011 condenado à prisão por estelionato

Segundo a Justiça, o cartunista cometeu irregularidades ao ceder os direitos – e depois patentear – a logomarca de um festival em Foz do

Iguaçu

Sandro Moser

O cartunista Ziraldo Alves Pinto, criador do personagem "Menino Maluquinho", foi condenado ontem pela Justiça Federal no Paraná a 2 anos e dois meses de prisão e pagamento de multa pelo crime de estelionato. A pena foi aplicada em razão de irregularidades em um contrato com o poder público.

Na ação penal, o delito cometido por Ziraldo diz respeito a sua contratação para desenhar a logomarca do 1.º Festival Internacional de Humor Gráfico das Cataratas do Iguaçu. De acordo com a sentença do juiz federal Mateus de Freitas Cavalcanti Costa, o cartunista recebeu R\$ 75 mil para criar a logomarca, dando a garantia de

ceder de maneira perpétua o uso da identidade visual à fundação ligada à prefeitura de Foz do Iguaçu – responsável pelo evento – para uso nas demais edições. No entanto, Ziraldo registrou a marca no Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Notoriedade

De acordo com a sentença, a notoriedade e o prestígio do réu agravam a conduta. "Sobretudo sua representatividade perante o público infantil faz com que o agir ilícito dele se revista de maior grau de reprovabilidade que o dos demais réus", diz trecho da sentença. O juiz também entendeu que Ziraldo era a figura central do evento e sua atuação foi determinante para a consumação das condutas delituosas.

Pela idade do cartunista, a pena de prisão foi substituída por prestação de serviço e pagamento de salário mínimo mensal pelo prazo da pena de prisão substituída. O cartunista também terá de pagar multa de aproximadamente R\$ 20 mil. Outras cinco pessoas, incluindo o irmão do cartunista, Zélio Alves Pinto, foram condenadas pelo mesmo crime. Todos faziam parte do grupo que no ano de 2003 organizou o festival em Foz.

Em abril, Ziraldo e alguns dos réus já tinham sido condenados

pela Justiça Federal em uma ação cível por improbidade administrativa por irregularidades no mesmo contrato. Naquela sentença, o cartunista foi condenado a pagar multa de R\$ 50 mil e, além de perder seus direitos políticos, ficou proibido de firmar contratos com o Estado e União e de receber benefícios ou incentivos fiscais pelo prazo de cinco anos. A reportagem tentou entrar em contato com o cartunista, mas ele não respondeu ao pedido de entrevista.

25 NOV 2011

GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES

Credibilidade dos juízes 1

O número de juízes corruptos, ou benevolentes com bandidos e ladrões comuns ou de alto nível social, prejudica a grande maioria dos magistrados, fazendo com que o povo acreditem que todos são incrédulos nas atitudes, o que abala o sistema Judiciários brasileiro.

Anirto Ernesto da Silva

Credibilidade dos juízes

A credibilidade dos juízes no Brasil está abalada. Depois de ver jornais anunciando que existem magistrados sendo investigados por venderem sentenças, fica difícil acreditar neles, mesmo sabendo que há profissionais que dão suas vidas pelo seu trabalho e pela Justiça brasileira.

Milton Santos, São José dos Pinhais

25 NOV 2011

GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES

Conferência da OAB 1

Na Conferência Nacional dos Advogados, o presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante Júnior, afirmou que "O ensino jurídico no Brasil registra hoje um estado caótico e o MEC, reduzindo cada vez mais as exigências de qualidade dos cursos, só favorece os donos das indústrias de diploma". Ele está corretíssimo nesta afirmação, pois não são somente maus profissionais da área de advocacia que estão saindo da indústria do diploma, infelizmente, na área da saúde e também de Engenharia. Sou da área de Exatas e vejo alunos no curso de Engenharia que não sabem resolver uma equação do 1º grau, que têm dificuldade com as regras de sinais.

Pablo Soares

Conferência Nacional da OAB 2

É o maior absurdo que já li aceitar que os salários das pessoas possam ser objeto de penhora. Os bancos e financeiras e demais empresários cobram taxas estratosféricas, obtêm lucro que ninguém no mundo consegue e ainda têm a petulância de querer acabar de vez com a dignidade das pessoas lhes tirando até o próprio sustento. A sociedade civil precisa dar um basta nesta prepotência.

Antonio Gallotti de Mira

Derosso 1

Ao ler na Gazeta do Povo a forma como está transcorrendo a CPI para a investigação das denúncias contra o vereador João Cláudio Derosso, pergunto se seus componentes sabem o que é, e para que serve uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ao que parece, não há intenção séria de se investigar fato algum, mas sim de exaltar e proteger o presidente da Casa contra supostos ataques de adversários políticos.

Lulz Guilherme C. Guimarães

Derosso 2

Embora não resida em Curitiba, sinto-me na obrigação de apoiar aqueles curitibanos que se revoltam contra esta cretina mesmice política que acontece na Câmara Municipal de Curitiba. Então o cidadão, estrategicamente, pede licença para depois voltar, confiante que o povo esquecerá. Acorda Curitiba, acorda Paraná. Renovação política se faz com mudança de mentalidade.

Carlos Roberto de Oliveira

Derosso 3

Percebe-se que a atitude da Câmara Municipal de Curitiba de abrir algum processo contra Derosso foi muito a contragosto, sob forte pressão da mídia, diferentemente do encerramento do processo, que foi rápido. Graças à mídia é que parte da verdade encoberta pelo lodo da corrupção vem à tona. Nenhum político malandro caiu por conta de instituições do governo. Todos os que "caíram"

foi por conta da mídia, que fez um favor ao denunciar.

Marco Garcia

25 NOV 2011

GAZETA DO POVO

PALESTRA

Direito Penal - as categorias de inimigos

- DATA: 25 de novembro (das 19 às 22 horas).
- LOCAL: FAE Centro Universitário. Rua 24 de Maio, 135 – Centro.
- INFORMAÇÕES: 0800 727 4001.

NOTA POLITICA

Kassab

O Ministério Público de São Paulo pediu ontem o afastamento do prefeito da capital paulista, Gilberto Kassab (PSD), do cargo. Kassab, o secretário municipal do Verde e Meio Ambiente, Eduardo Jorge, seis empresas e 13 empresários são acusados de participar do que seria uma fraude bilionária: o contrato da inspeção veicular em São Paulo.

25 NOV 2011

GAZETA DO POVO

HOMOFOBIA

Bolsonaro diz que Dilma tem "amor com homossexual"

BRASÍLIA

Folhapress

Conhecido por suas declarações preconceituosas contra negros e homossexuais, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) protagonizou ontem mais um discurso polêmico na tribuna da Câmara Federal. De manhã, quando protestava contra a campanha elaborada pelo governo para combater o preconceito contra homossexuais nas escolas, em especial a divulgação de um "kit anti-homofobia" elaborado pelo Ministério da Educação, Bolsonaro afirmou que a presidente Dilma Rousseff deveria logo "assumir" se o seu negócio é "amor com homossexual".

"O kit gay não foi sepultado ainda. Dilma Rousseff, pare de mentir! Se gosta de homossexual, assum! Se o seu negócio é amor com homossexual, assum, mas não deixe que essa covardia entre nas escolas do primeiro grau! Tudo o que foi tratado ontem foi com a temática LGBT para os livros escolares. Criam aqui bolsa de estudo para jovem LGBT, estágio remunerado para lésbicas, gays, bissexuais etc.!"

E continuou: "Então, pessoal, é o presente de Natal que a Dilma Rousseff está propondo para as

famílias pobres do Brasil. Ou seja, o dia em que a maioria da garotada nas escolas for homossexual, está resolvido o assunto...". A reportagem entrou em contato com a assessoria do Planalto para comentar o assunto, mas não recebeu resposta até o fechamento desta edição.

Mais tarde, procurado pela reportagem, Bolsonaro negou ter feito questionamento sobre a sexualidade da presidente. Ele explica que quis dizer que ela "tinha um caso de amor com a causa homossexual". "Quem sou eu para questionar a sexualidade dela? Não me interessa a opção dela, desde que seja com descrição", afirmou.

O deputado Marcon (PT-RS) foi o responsável por pedir oficialmente que as notas taquigráficas do discurso de Bolsonaro fossem retiradas do site da Câmara. O que aconteceu logo em seguida por determinação de Domingos Dutra (MA), petista que presidia a sessão.

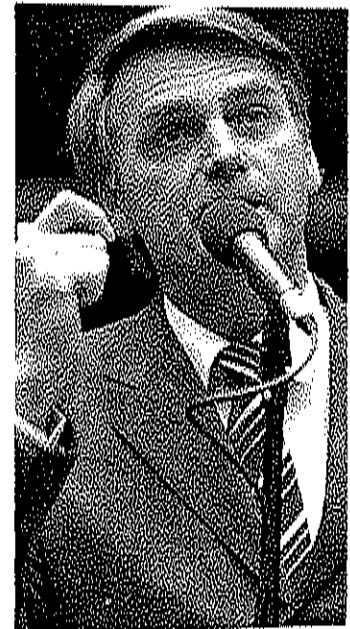
Segundo o setor de taquigrafia da Casa, o pedido de retirada de qualquer discurso é legítimo. O caso agora será encaminhado ao presidente Marco Maia (PT-RS) para ele decidir se a fala permanecerá fora do ar.

A senadora Marta Suplicy

(PT-SP) pediu ao presidente da Câmara que tome providências para punir o deputado por falta de decoro parlamentar. Marta disse que a falta de decoro de Bolsonaro se deve não por ele dizer que a presidente Dilma possa ser homossexual, mas, sim, por fazer insinuações a respeito da sexualidade da presidente da República, "quando a opção sexual de qualquer ser humano é uma questão de foro íntimo". O líder do PT na Câmara, Paulo Teixeira (SP) afirmou que vai pedir a cassação do mandato de Bolsonaro.

"O kit gay não foi sepultado ainda. Dilma Rousseff, pare de mentir! Se gosta de homossexual, assum! Se o seu negócio é amor com homossexual, assum, mas não deixe que essa covardia entre nas escolas do primeiro grau!"

Jair Bolsonaro (ao lado), deputado federal (PP-RJ).



25 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça libera menor de 6 anos no fundamental

Decisão de um juiz em PE suspendeu resolução do Conselho Nacional de Educação que limitava por idade a entrada da criança na 1ª série

Angela Lacerda / RECIPE

Crianças menores de 6 anos podem ingressar no ensino fundamental. A decisão foi da 2.ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco, que suspendeu resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que determina que a criança precisa ter 6 anos completos até 31 de março do ano letivo para ser matriculada no primeiro ano do ensino fundamental.

A decisão foi do juiz Claudio Kitner, em caráter liminar, em ação civil pública interposta pelo Ministério Público Federal. Foi justificada com a tese de "afrenta ao princípio da isonomia". Segundo ele, as resoluções do CNE deixam "que a capacidade de aprendizagem da criança individualmente considerada seja fixada de forma genérica e exclusivamente com base em critério cronológico".

Na sentença, ele destacou que a definição da faixa etária dos 6 anos para o início do ensino fundamental não se encontra em nenhum tipo de análise científica que indique que essa é a idade recomendada para as crianças iniciarem a alfabetização. Ele recomenda que "o Estado deve se munir de meios para avaliar as crianças, por meio de comissões interdisciplinares, que levem em conta elementos psicopedagógicos, interações sociais, fatores socioambientais, entre outros, a fim de verificar se elas reúnem condições de avançar de fase de aprendizagem". O CNE tem 20 dias para entrar com recurso.

No interior de São Paulo, um casal de advogados de Bauru conseguiu liminar que garantiu a matrícula da filha e outras duas crianças com menos de 6 anos

no primeiro ano do ensino fundamental. A matrícula de crianças que completam 6 anos depois de 30 de junho é proibida no Estado. Os pais recorreram à Justiça após o colégio se recusar a fazer a matrícula das crianças.

As crianças estudam no pré 2 do Colégio Batista Brasileiro, que alegou não poder desrespeitar a Secretaria da Educação. Hoje, o pai de uma das crianças, o advogado Luís Betoni, vai apresentar a liminar à direção da escola, para fazer a matrícula. "Minha filha completará 6 anos em 3 de julho e se ela não for matriculada no primeiro ano do ensino fundamental, vai perder um ano", disse Betoni. A diretora da escola não falou com o Estado.

A liminar, concedida em mandado de segurança pela Vara da Infância e da Juventude de Bauru, vale apenas para a matrícula das crianças em escola particular. A Justiça entendeu que a deliberação 73/2008, da Secretaria da Educação fere o artigo 208 da Constituição Federal, a Lei das Diretrizes Básicas da Educação e o Estatuto da Criança. Assim, a Justiça argumentou que não se pode proibir a criança de ser matriculada pelo critério de idade.

25 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Operação do MP em Limeira prende mulher e filhos do prefeito

Foram presas ainda duas irmãs da primeira-dama e mais 6 pessoas acusadas de envolvimento em esquema de corrupção

Tatiana Fávoro / CAMPINAS

A primeira-dama de Limeira, Constância Berbert Dutra Silva, foi presa ontem, em sua casa na cidade, durante operação realizada pelo Ministério Público Estadual. Outros 11 mandados de prisão foram cumpridos.

Foram detidos os filhos de Constância e do prefeito Sílvio Félix (PDT), Maurício e Murilo, Félix, e duas irmãs da primeira-dama, Lucimar Berbert Dutra e Verônica Dutra Amador, além de um assessor e um contador do prefeito, funcionários, empresários e pessoas apontadas como laranjas de suposto esquema de corrupção.

Todos são suspeitos de crimes de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, falsidade ideológica e furto qualificado. O Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público investiga a compra de imóveis em nome de laranjas e o uso de empresas de fachada para lavar dinheiro. O valor do patrimônio chega, segundo os promotores, a R\$ 21 milhões.

Os mandados expedidos pela

2.ª Vara Criminal de Limeira determinam prisão temporária de cinco dias. Para o prefeito Sílvio Félix, as prisões eram desnecessárias. "São pessoas que têm residência fixa, trabalho e estão prontas para dar os esclarecimentos que a Justiça quiser", disse.

A primeira-dama já havia ocupado a presidência do Fundo Social de Solidariedade em Limeira. Deixou o cargo para candidatar-se a deputada estadual no ano passado. Derrotada, ganhou o cargo de chefe de gabinete do 4.º vice-presidente da Assembleia Legislativa, Rafael Silva (PDT).

Assim que soube das prisões, o deputado encaminhou o pedido de exoneração de Constância.

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

25 NOV 2011

Exame do exame

O caso de Gil Rugai pode ter uma reviravolta e ainda adiar seu julgamento, marcado para o dia 12. Advogados do jovem acusado de matar pai e madrasta, em 2004, questionam na Justiça possível "crime de falsa perícia" do Instituto de Criminalística.

A defesa afirma que o confronto entre o sangue de Gil com o encontrado no local do crime pode "nunca ter sido feito". Mesmo o IC tendo emitido laudo - incluído nos autos - afirmando sua realização e também o resultado.

Exame 2

Marcelo Feller, advogado, sustenta que a suspeita de falsidade se baseou nos lacres que vedam as amostras colhidas na cena do assassinato.

"Se o material tivesse sido analisado, seu lacre inicial deveria ter sido rompido e, depois de manipulado, lacrado novamente com outra numeração. Mas o número que vimos semana passada é o mesmo de antes da referida perícia."

Via juiz, Feller pede esclarecimentos ao Instituto.

SEGURANÇA

Alckmin quer delegado como carreira jurídica

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) enviou ontem à Assembleia Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que transforma a função de delegado em carreira jurídica, como os juízes, promotores, procuradores e defensores públicos. Se aprovada a PEC, candidatos a delegado deverão comprovar experiência jurídica de dois anos. A mudança foi sugerida pelo secretário da Segurança, Antonio Ferreira Pinto.

JUSTIÇA

Homem é acusado por crime, mas estava preso

A Defensoria Pública de São Paulo ingressou com habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) em favor de um homem acusado e condenado por praticar um roubo em São José dos Campos, em 5 de junho de 2010, data em que já estava preso por outro crime. O STF negou liminar em agosto, mas ainda vai avaliar o mérito do caso. Além do habeas corpus, a Defensoria também aguarda o julgamento de recurso de apelação no Tribunal de Justiça. O acusado continua preso.

O ESTADO DE S. PAULO BOLSONARO AGORA MIRA DILMA E SE COMPLICA 25 NOV 2011

Polêmico deputado faz insinuações sobre opção sexual da presidente e será acionado pelo PT

Eduardo Bresciani
BRASÍLIA | ESTADO.COM.BR

Em discurso na tribuna da Câmara, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) questionou ontem a sexualidade da presidente Dilma Rousseff ao afirmar que o Ministério da Educação ainda planeja incluir o combate à homofobia nos currículos escolares. Ele será acionado pelo PT no Conselho de Ética da Casa.

"O kit gay não foi sepultado ainda. Dilma Rousseff, pare de mentir. Se gosta de homossexual, assume. Se o teu negócio é amor com homossexual, assume. Mas não deixe que essa covardia entre nas escolas de 1º grau", disse o parlamentar, num pronunciamento gerou reações.

Domingos Dutra (PT-MA), que ocupava a presidência da sessão, determinou a retirada das declarações das notas taquigráficas atendendo a pedido do deputado Marcon (PT-RS). Caberá agora ao presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), decidir se o discurso ficará registrado nos documentos da Casa ou será retirado da história oficial da Câmara. Maia estava em viagem na tarde de ontem e não tinha analisado ainda o tema.

Em conversa com o Estado, Bolsonaro recuou e afirmou não ser sua intenção questionar a sexualidade da presidente. "Não me interessa a opção sexual dela". Disse estar falando sobre um suposto amor de Dilma à "causa

homossexual". Mas comemorou o fato de mesmo "uma frase equivocada" estar "ajudando a levantar o mérito da discussão".

Por suas declarações, Bolsonaro já foi levado ao Conselho de Ética neste ano. Respondendo a uma pergunta de Preta Gil no programa CQC, da TV Bandeirantes, o deputado afirmou considerar "promiscuidade" a possibilidade de um filho ter relacionamento com uma mulher negra. Depois, também recuou do que disse. Na ocasião, afirmou ter entendido que a pergunta era sobre seu filho ter relacionamento homossexual. Acabou sendo absolvido pelos colegas sem enfrentar qualquer processo sob a justificativa da imunidade parlamentar para manifestar opiniões.

Para o deputado Alfredo Sirkis (PV-RJ), as declarações de Bolsonaro podem significar quebra de decoro parlamentar. A vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), pediu que o presidente da Câmara tome "providências enérgicas" contra o deputado, que está "sem freio de arrumação".

A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) informou que estuda "tomar uma iniciativa" contra o deputado. "Ele (Bolsonaro) é uma vergonha nacional enquanto deputado", atacou o diretor da entidade, Beto de Jesus.

"Gostaria de saber quais foram os projetos apresentados por esse cara. É um vagabundo. É um cara que é pago com nosso dinheiro para atacar as outras pessoas de forma gratuita."

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

XXI CONFERÊNCIA

Carta de Curitiba encerra 25 NOV 2011 encontro da OAB na capital

Leitura do documento foi feita pelo

Membro Vitalício Eduardo Seabra Fagundes

A XXI Conferência Nacional dos Advogados, realizada nesta capital desde o último domingo (20) e que reuniu mais de 7 mil participantes, sob a condução do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, foi encerrada na quinta-feira (24) com a Carta de Curitiba. O documento ressalta que nesses cinco dias de debates os advogados brasileiros "dirigiram seus esforços buscando interpretar o sentimento nacional em torno dos ideais de Liberdade, Democracia e Meio Ambiente" - tema central da XXI Conferência. A leitura da Carta de Curitiba foi feita pelo Membro Honorário Vitalício da OAB Nacional, Eduardo Seabra Fagundes.

A seguir, a íntegra do documento:

Carta de Curitiba

Reunidos na histórica cidade de Curitiba, os advogados brasileiros, no transcurso da XXI Conferência Nacional realizada de 20 a 24 de novembro de 2011, dirigiram seus esforços buscando interpretar o sentimento nacional em torno dos ideais de

Liberdade, Democracia e Meio Ambiente, que pontuam o destino de nosso povo.

Reafirmam os advogados sua crença na imprensa livre e sujeita apenas aos controles sociais, rejeitam os abusos do Estado policial e defendem a autonomia dos indivíduos nas suas escolhas existenciais, da liberdade de religião à liberdade de orientação sexual. No tocante à democracia, advogam uma reforma política, que já tarda, capaz de diminuir o peso do poder econômico no processo eleitoral, de reforçar a representatividade do Legislativo e de fomentar virtudes cívicas que se encontram adormecidas.

A advocacia brasileira reforça sua compreensão de que a autonomia e preservação do papel de cada um dos Poderes da República são primados fundamentais para a manutenção e aprimoramento do processo democrático. Nesse contexto, conclama o Congresso Nacional para que assuma de maneira firme a condução do processo legislativo, refreando a condição de refém das medidas provisórias.

Os advogados brasileiros condenam, sobretudo, o modelo

político que favorece e estimula o loteamento de cargos em todos os níveis de poder, tornando governantes reféns de agentes públicos que se valem dos seus cargos para fins privados. O país precisa de um choque ético no orçamento, nas licitações, na diminuição do número de cargos em comissão, dentre muitos outros domínios.

O primado da ética deve estar presente na sociedade e em todas as instituições, o que inclui, naturalmente, o Poder Judiciário. Por essa razão, os advogados brasileiros defendem a competência e a independência do Conselho Nacional de Justiça, pois nenhuma autoridade pública deve estar isenta de controle.

Reiterando que não há democracia sem justiça e sem advogados, os advogados brasileiros condenam os ataques às suas prerrogativas, por ser o profissional que defende, nos limites da lei e da ética, os interesses que lhe foram confiados. No desempenho dessa missão árdua, não deve ser destinatário da condenação social que possa existir em relação ao seu cliente.

CONTINUA

25 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

A advocacia é a alternativa que o mundo civilizado concebeu contra a força bruta e contra o autoritarismo, em que os argumentos substituem as armas e os golpes.

Reiteram seu compromisso de preservar a qualidade daqueles que ingressam nos seus quadros, bem como de lutar pela qualidade do ensino jurídico, além de discordar dos critérios utilizados pelo MEC para criação de novos cursos e vagas e sua ineficiência na fiscalização, por privilegiarem a quantidade em detrimento da qualidade.

Por fim, posicionam-se os advogados ao lado da sociedade que deseja o crescimento econômico do país, mas com observância de uma consciência ambiental, voltada para o desenvolvimento sustentável.

Os advogados brasileiros, alinhados na Ordem dos Advogados, estarão sempre ao lado do povo brasileiro e da sociedade civil na defesa dos valores que nos congregam: justiça -- inclusive e notadamente na sua dimensão social --, liberdade e lisura no desempenho das funções públicas.

25 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Demitido após prisão não será reintegrado

Demitido por justa causa antes da sentença de condenação transitar em julgado, quando cumpria prisão cautelar, um escriturário da Caixa Econômica Federal, agora em regime semiaberto, não será reintegrado ao emprego. A 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho acatou recurso da CEF e absolveu-a da condenação de reintegrar o trabalhador, bem como de lhe pagar salários. Assim, foi reformada decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS).

Para o ministro Milton de Moura França, relator do Recurso de Revista, a dispensa por justa causa antes do trânsito em julgado da decisão criminal, apesar de equivocada, não garante a pretensão de retorno ao trabalho do autor. O relator esclareceu que, estando suspenso o contrato de trabalho com a sua prisão em 2002, ficaram "suspensas as obrigações de fa-

zer — trabalhar — e igualmente a de dar — pagar salário". Dessa forma, a rescisão do contrato de trabalho em 2002 "carece de eficácia, não gerando, por isso mesmo, nenhum efeito jurídico, quer para o reclamante, quer para a reclamada". No entanto, no entendimento do relator, com o trânsito em julgado da decisão criminal condenatória em 2003, tornou-se possível a dispensa motivada do empregado.

Admitido por concurso em janeiro de 1983, o escriturário foi processado criminalmente em 1998 e preso em outubro de 2002. Em novembro do mesmo ano, foi dispensado por justa causa, antes do trânsito em julgado da decisão criminal, que ocorreu em junho de 2003. A CEF alegou que, conforme o artigo 482, alínea "d", da CLT, constitui motivo para rescisão do contrato de trabalho por justa causa pelo empregador a "condenação criminal do empregado".

STF suspende decisão sobre gratificações à procuradores

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal concedeu liminar para suspender decisão do Conselho Nacional do Ministério Público que impedia o pagamento de gratificação a procuradores de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Na decisão, a ministra Cármen Lúcia, relatora do recurso, destacou que o próprio STF já assentou que "a natureza estritamente administrativa do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público não os autoriza a exercer o controle de constitucionalidade de leis". Segundo o posicionamento da Suprema Corte, esses órgãos não podem exercer controle de constitucionalidade, pois a Constituição Federal confere essa competência exclusivamente ao STF.

25 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Advogados serão capacitados para atuar em processo eletrônico

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro João Oreste Dalazen, e o presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), Arystóbulo de Oliveira Freitas, assinaram na última semana, no TST, convênio para intercâmbio de informações e capacitação no Processo Judicial Eletrônico (PJE) e certificação digital. O objetivo é a colaboração das instituições para capacitar juízes, advogados e servidores para a operação do processo eletrônico, difundir o uso da certificação e compartilhar o banco de dados de jurisprudência da AASP.

De acordo com o ministro Dalazen, a AASP prestará "uma grande cooperação para a Justiça do Trabalho" na implantação do processo eletrônico. Ele destacou que a instituição irá conceder o certificado eletrônico a preço módico, além de capacitar os advogados. "A associação é um entidade prestigiosa, com grande ramificação no território nacional, infraestrutura muito boa e conta com 89 mil associados", ressaltou.

O presidente da AASP afirmou que a instituição está "fortemente estimulada" a cooperar com a Justiça do Trabalho. "Temos 20 mil associados já certificados e

estamos caminhando para quase 50 mil no próximo ano", revelou. Atualmente a associação já realiza o trabalho de treinamento de advogados para o PJE, inclusive no interior do Estado.

O Processo Judicial Eletrônico é um sistema de informática que permitirá a tramitação eletrônica de processos em todo o Poder Judiciário. O projeto é coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na Justiça do Trabalho está sendo desenvolvido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Tribunais Regionais do Trabalho. Já a certificação digital é uma tecnologia de identificação que permite realizar transações eletrônicas com garantia de integridade, autenticidade e confidencialidade, e é necessária para a atuação do advogado no processo eletrônico.

Na assinatura do convênio, o presidente do TST se mostrou preocupado com a resistência de advogados com a novidade da tramitação digital. "As pessoas não se deram conta de que o processo judicial eletrônico decorre de uma imposição de lei, vigente há muitos anos no território nacional" afirmou Dalazen.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REGISTRO

**LEPREVOST CONVIDA
EX-PROCURADOR GERAL DE
JUSTIÇA PARA PRESIDIR
CONSELHO DE ÉTICA DO PSD**

25 NOV 2011



Luiz Chemin Guimarães

Um dos mais respeitadas membros do Ministério Público do Paraná, Luiz Chemin Guimarães, ex-procurador geral de Justiça, está se filiando ao PSD a convite do presidente do partido em Curitiba, o deputado Ney Leprevost. Chemin vai ser o presidente do Conselho de Ética do PSD na capital e será eleito formalmente junto com o diretor municipal no dia 05 de dezembro. Conhecido por ter postura rigorosa contra a corrupção, caberá a Chemin barrar a candidatura de fichas sujas pelo PSD nas eleições municipais do ano que vem. "Quando eu afirmei que o PSD vai formar uma chapa de candidatos para a Câmara Municipal de Curitiba só com pessoas de ficha limpa, foi para valer", disse Ney Leprevost. O PSD de Curitiba tem 136 pré-candidatos a vereador - todos com ficha limpa - mas poderá lançar apenas 57.

FÁBIO CAMPANA

Liberdade

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmaram nesta quarta-feira (23) a posição em defesa do direito de cidadãos promoverem manifestações pela legalização de drogas em todo o Brasil. Em junho deste ano, o STF já havia tomado a decisão de liberar os protestos. O tribunal - a pedido da Procuradoria-Geral da República - mudou a interpretação do artigo da Lei de Drogas, que proíbe induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga.

JORNAL DO ESTADO

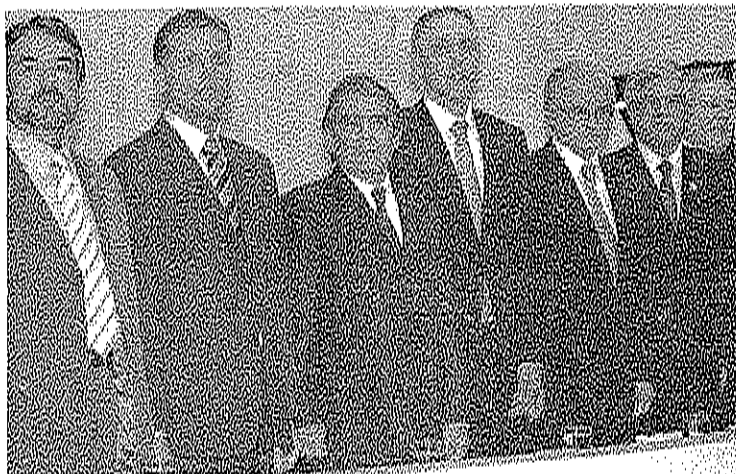
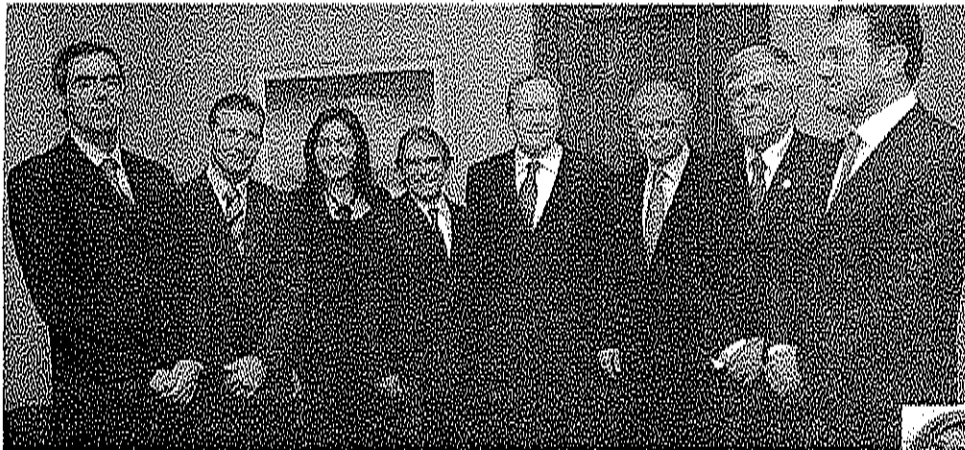
FÁBIO CAMARGO 25 NOV 2011

Ministros

A presença de dois ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto (vice-presidente do STF) e Ricardo Lewandowski (Presidente do TSE), movimentou a Assembleia Legislativa do Paraná na segunda-feira (21). A cúpula do judiciário paranaense se fez presente, com a vinda do presidente do Tribunal de Justiça (TJ-PR), desembargador Miguel Kfoury, o do procurador-geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, e diversos desembargadores, juízes, promotores e advogados.

Organização

O cerimonial da Assembleia Legislativa mostrou estar afinado. Organizou de forma exemplar a homenagem ao ministro Ayres Britto, que recebeu o título de Cidadão Honorário do Paraná. Desde a sua chegada na entrada administrativa da Casa de Leis, a equipe comandada por Juliana Bessa esteve atenta e acompanhava de perto cada passo dos convidados. Seguiu a risca o roteiro pré-determinado. O que levou a uma cerimônia que encantou a todos os presentes.



Aniversário

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), deputado Valdir Rossoni (PSDB), completou mais um ano de vida, na quarta (23). Foi parabenizado por deputados e diversos funcionários da casa com entusiasmo. Rossoni recebeu elogios pela forma transparente e determinada de como administra a casa com ajuda de seus pares. Em nenhum momento arreda pé do que foi proposto por ele e a mesa executiva quando assumiram a administração da ALEP. O resultado de tanto esforço e trabalho foi recompensado com lembrança do ministro Ayres Britto ao dizer que apoia e acompanha as mudanças com satisfação.



Esposa do ministro Rita Britto e da juíza de direito Vanessa Camargo

Floricultura

A correria foi enorme próximo ao horário do evento. De último momento, a esposa do ministro Ayres Britto, Rita Britto, confirmou presença. Como o roteiro do cerimonial prevê entrega de flores para a mulher do homenageado, o setor teve que se desdobrar. Ainda mais na hora de maior movimento de tráfego na cidade. Perto das 18h.

JORNAL DO ESTADO

25 NOV 2011

CONFERÊNCIA DOS ADVOGADOS

Encontro foi o mais completo

Depois de inúmeros debates, palestras e reflexões à respeito da área jurídica no País, chegou ao fim, na tarde de ontem, a 21ª Conferência Nacional dos Advogados, no Teatro Positivo, em Curitiba. O sentimento de gratidão marcou o discurso de encerramento dos dirigentes do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, e do presidente da OAB Paraná, José Lucio Glomb, na sessão de encerramento.

O presidente da Seccional começou o discurso expressando gratidão com a diretoria do

Conselho Federal da OAB, com a entrega de uma placa a cada um dos diretores, como manifestação de agradecimento pelo apoio, confiança e incentivo para realização da Conferência em Curitiba. Em seu discurso o presidente Glomb destacou a importância dos temas discutidos.

"Essa foi a mais completa conferência. Esse coração sabe ser grato a toda classe jurídica brasileira, aos que passaram por aqui, aos que apoiaram e trabalharam", disse Glomb.

Futuro — Na conferência

magna de encerramento da Conferência o advogado constitucionalista Luis Roberto Barroso propôs uma reflexão acerca das demandas e carências do país para os próximos dez anos. Barroso sustentou a necessidade de equacionar questões relativas ao saneamento básico, educação, a proteção de minorias, o papel do advogado em uma sociedade de massas, mudanças no STF, e ao sistema punitivo, itens que, na avaliação do especialista, se solucionados, darão um impulso ao desenvolvimento.

Estratégia

Deputados da bancada de oposição ao governo Beto Richa (PSDB) na Assembleia já prepararam uma estratégia para barrar a proposta do Executivo de regulamentação das organizações sociais (OSs) para assumir serviços públicos no Estado, o que incluiria a terceirização de contratação de servidores para hospitais. Uma das primeiras iniciativas é estudar a Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelas direções nacionais do PT e do PDT contra a lei que permitiu essas entidades a firmarem convênios com o poder público para assumir esses serviços.

Temperatura

O julgamento da ação está paralisado desde maio, por conta de um pedido de vistas do ministro Marco Aurélio de Melo. Os críticos desses convênios alegam que, além de usurparem atividades da administração, essas entidades são isentas de contratação por meio de licitação e não são fiscalizadas como órgãos públicos. Isso favoreceria situações de preferência e esvaziaria funções que devem ser garantidas pelo Estado. O assunto deve esquentar as discussões da Assembleia nas semanas anteriores ao recesso. Por enquanto, somente a bancada do PT manifestou ser contrária ao projeto. A dúvida é como se comportará a bancada do PMDB, já que, durante os oito anos do governo Requião, esse tipo de terceirização foi descartada.

A violência contra mulheres e meninas

Quando eu era menina, no Chile, escutei muitas vezes um ditado popular: "Quem te ama, te incomoda". Ele significa algo como "quem te ama, te trata mal".

Essa frase — aceita sem muitos questionamentos — hoje, por todos os motivos, se tornou o que verdadeiramente é: um silêncio cúmplice diante da violação dos direitos humanos das mulheres.

Neste 25 de novembro, comemoramos o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Nas últimas décadas, testemunhamos grandes avanços: hoje, 125 países têm leis específicas que penalizam a violência doméstica, algo inimaginável há 20 anos.

O Conselho de Segurança da ONU reconheceu a violência sexual como tática de guerra deliberada e planejada. E o direito internacional deu passos sólidos e definitivos para condenar e investigar os crimes de violência sexual durante e depois de um conflito.

No entanto, este 25 de novembro nos encontra, novamente, distantes de nossos objetivos de que milhões de mulheres e meninas vivam livres de discriminação e violência.

Hoje, 603 milhões de mulheres e meninas vivem em países onde a violência doméstica ainda não é considerada crime.

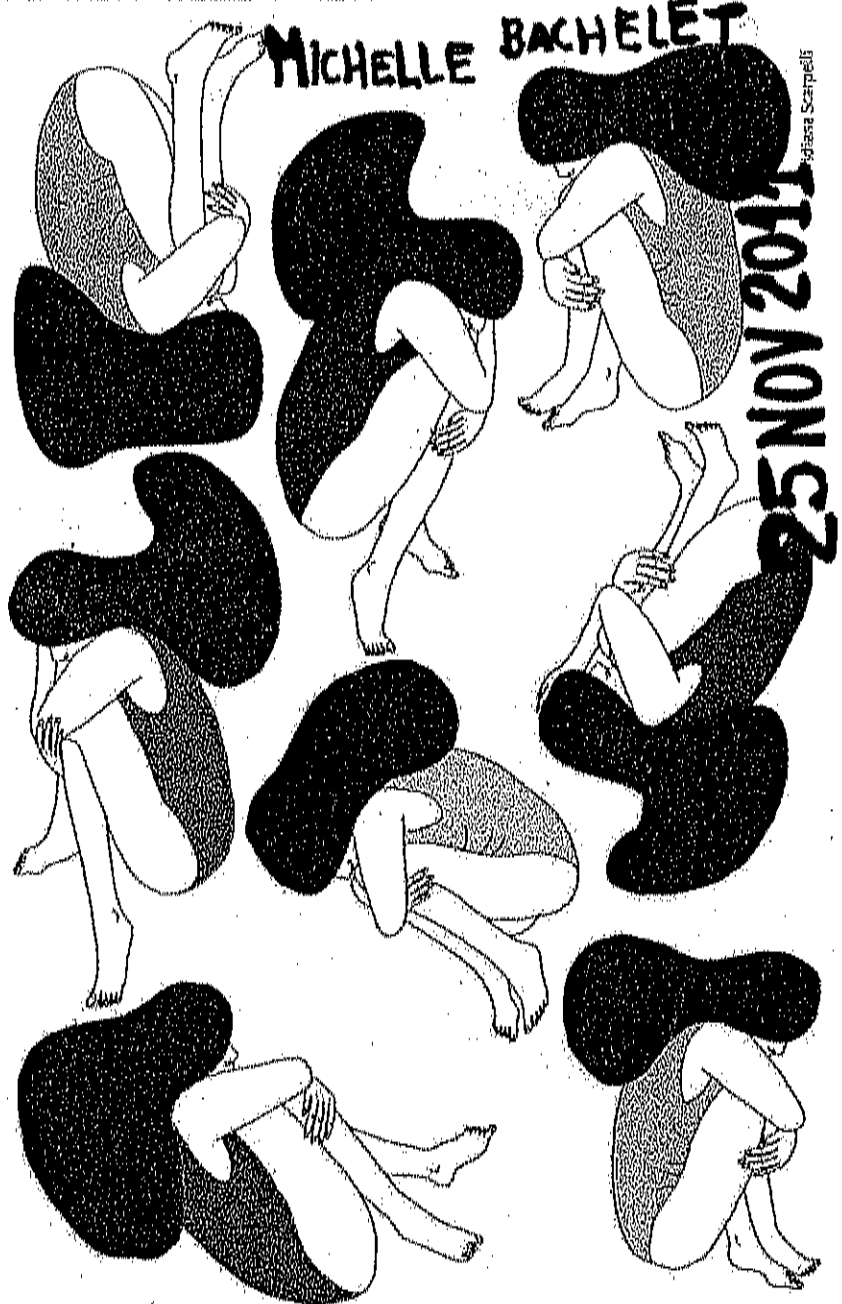
Diariamente, o femicídio assola os nossos países, em alguns sob a mais absoluta impunidade. Mais de 600 mil mulheres e meninas são traficadas através das fronteiras a cada ano, a grande maioria para fins de exploração sexual.

A pergunta é: que mais podemos fazer para enfrentar esse flagelo? Há informação e diagnósticos, mas faltam investimento constante e sustentável e vontade política dos governos nacionais e locais.

Esse é o momento para que os governos de todo o mundo assumam a responsabilidade diante da violência contra suas cidadãs, tomem medidas concretas e transparentes, e assumam compromissos mensuráveis. Da parte da ONU Mulheres, vamos intensificar nossos esforços para colaborar com os governos a enfrentar essa tragédia.

Propomos um programa de ação com 16 medidas concretas focadas em prevenção, proteção e provisão dos serviços públicos essenciais para proteger e erradicar a violência contra as mulheres. Isso requer liderança, leis eficazes e uma justiça inequívoca para julgar os agressores e acabar com a impunidade.

Estamos liderando uma iniciativa global para proporcionar às mulheres e meninas o acesso universal



FOLHA DE S. PAULO

Esse é o momento para que todos os governos assumam a responsabilidade diante da violência contra suas cidadãs e tomem medidas concretas

a instâncias de apoio às vítimas, com atendimentos nas primeiras 24 horas para sua segurança e para a segurança de seus filhos e filhas, locais de acolhimento, assessoramento, apoio psicossocial e acesso a justiça gratuita e eficaz.

Homens, líderes, juízes, empresários, esposos, companheiros, filhos, irmãos e amigos têm um papel fundamental. É por meio da educação, de campanhas de sensibilização pública, de programas e políticas públicas que poderemos en-

frentar com eficácia essa realidade. O empoderamento das mulheres, sua liderança e decisão não são suficientes. Nós precisamos do envolvimento de todos para deter, prevenir e tratar a violência.

A democracia, o futuro dos países, o presente de nossas famílias, a convivência das pessoas que estão próximas de nós, a educação de nossas comunidades, nossas economias e a paz no mundo são ameaçadas quando a violência se alastra diante dos nossos olhos, à vista e com a complacência de todos nós, e não somos capazes, como sociedade, de dar resposta que salve a vida das mulheres e de seus filhos.

MICHELLE BACHELET é diretora-executiva da ONU Mulheres. Foi presidente do Chile (2006-2010).

25 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

STF dá a Daniel Dantas acesso aos arquivos digitais da Satiagraha

Defesa do banqueiro quer verificar discos rígidos que, segundo a PF, estavam vazios

FELIPE SELIGMAN
DE BRASÍLIA

se de fato essas mídias estavam mesmo imprestáveis.

Por unanimidade, o STF (Supremo Tribunal Federal) concedeu à defesa de Daniel Dantas e do presidente do grupo Opportunity, Dório Ferman, o acesso a todos os arquivos originais contidos em meio digital (discos rígidos, DVDs e pen drives) que integram a Operação Satiagraha.

Deflagrada em 2008, a Satiagraha prendeu o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, o investidor Naji Nahas e o banqueiro Daniel Dantas, do banco Opportunity.

São suspeitos de praticar os crimes de lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, evasão de divisas, formação de quadrilha e tráfico de influência para a obtenção de informações privilegiadas.

Eles já tinham o acesso a quase tudo, mas não tinham permissão para verificar alguns arquivos que, segundo perícia da Polícia Federal, estavam vazios ou danificados.

O advogado de Ferman, Antônio Pitombo, que foi o autor do pedido no STF, alegou que gostaria de verificar

ACESSO DIFICULTADO

Ele e o advogado responsável pela defesa de Dantas, Andrei Zenkner Schmidt, dizem que o acesso às provas foi negado pela 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo.

A vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, argumentou que a questão era simples, já que as provas em questão não foram liberadas por haver um documento oficial da Polícia Federal dizendo que elas não tinham conteúdo relevante.

O mesmo argumento havia sido apresentado pelo então juiz Fausto Martins de Sanctis em ofício ao então ministro do STF Eros Grau, dizendo que a defesa do Opportunity teve acesso irrestrito às provas, com exceção de alguns arquivos corrompidos.

Os ministros do Supremo entenderam que é um direito da defesa verificar as mídias, mesmo que sem conteúdo. Para a relatora do caso, ministra Cármen Lúcia, o "direito de defesa foi, de certa forma, cerceado".

FOLHA DE S. PAULO

Promotor quer inspeção veicular cancelada

Para Ministério Público, processo de contratação da Controlar, que presta o serviço, está cheio de irregularidades

Ação pede que Kassab, seu secretário do Verde e empresa devolvam cerca de R\$ 1 bilhão para os cofres públicos

DE SÃO PAULO

O Ministério Público ingressou ontem com ação civil pedindo à Justiça o cancelamento da inspeção veicular na cidade por suspeita de irregularidades no contrato da Prefeitura de São Paulo com a empresa Controlar.

Na ação, a Promotoria pede o afastamento imediato do prefeito Gilberto Kassab (PSD) e o sequestro de seus bens como forma de garantir o ressarcimento aos cofres públicos de supostos prejuízos provocados à população.

Segundo a ação, houve uma sucessão de "atos administrativos praticados sob o pretexto humanístico da preservação do meio ambiente e da vida, mas que atingidos pela ilegalidade, apenas refletem o objetivo pragmático representado pela conivência e promoção do enriquecimento ilícito em prejuízo do patrimônio público e do próprio interesse subjacente —o meio ambiente", diz trecho.

Além do prefeito, que está em Paris, são alvos da ação o secretário Eduardo Jorge (Verde e Meio Ambiente) e as empresas —e seus responsáveis— ligadas à Controlar. A Promotoria também pede o sequestro dos bens desse grupo. A ação está avaliada em R\$ 1 bilhão.

Prefeitura e Controlar negam irregularidades.

A ação da Promotoria, que tem 596 páginas, diz que Kassab e Eduardo Jorge ressuscitaram, em 2007, um contrato para inspeção veicular com irregularidades, desprezando pareceres do Tribunal de Contas do Município e dos técnicos do município.

"Assim, torna-se temerária e desaconselhável a manutenção do contrato, especialmente por envolver grande vulto financeiro", diz trecho de um parecer, de janeiro de 2006, de Luiz Antônio Guimarães Marrey —então secretário de Negócios Jurídicos.

NOVA LICITAÇÃO

A recomendação era para que fosse realizada nova licitação, principalmente porque já havia se passado mais dez anos desde a licitação vencida pela Controlar.

A Promotoria diz que a Controlar venceu a licitação de forma irregular, pois não demonstrou condições técnicas nem capacidades econômicas, como era exigido.

Segundo o documento, a decisão de Kassab só beneficiou os donos das empresas.

Além de não atentar a irregularidades na época de licitação, em 1995, a prefeitura ainda assumiu ônus para implantação do programa de inspeção veicular que não estavam previstos no edital, diz o Ministério Público.

O valor cobrado pelo serviço, R\$ 61,98, também é questionado. A Promotoria aponta R\$ 41,87 como o ideal.

Se o contrato for anulado, a Justiça deverá decidir como ficará a situação dos donos de veículos que pagaram pela taxa nesses últimos anos. Com a nulidade do contrato, as cobranças podem ser consideradas irregulares e, assim, o dinheiro devolvido.

Não há previsão de quando a ação será julgada.

25 NOV 2011

Prefeitura e empresa dizem ter cumprido lei

A Prefeitura de São Paulo e o Consórcio Controlar afirmaram, por meio de notas, que cumpriram todos os trâmites legais no processo de contratação do serviço.

A prefeitura diz que não foi comunicada pelo Judiciário e reafirma que a contratação da Controlar "seguiu rigorosamente a legislação em vigor com total transparência".

A Controlar, também por meio de nota, disse que não havia sido notificada sobre a ação civil pública protocolada ontem pelo Ministério Público Estadual.

"A concessionária prestou em diversas ocasiões todos os esclarecimentos solicitados pela Promotoria, comprovando, por meio de documentação, a lisura na implementação e no cumprimento do contrato de concessão", afirma a nota da empresa.

'TRANSPARÊNCIA'

Segundo a Controlar, sua atuação tem sido "baseada em princípios de honestidade, ética, transparência e respeito à população". A empresa diz acreditar que a apuração "comprovará a regularidade da implantação do programa em São Paulo".

A empresa aponta que a inspeção trouxe benefícios com a redução da poluição, como uma economia de R\$ 78 milhões no sistema de saúde, segundo a nota.

25 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ENTENDA O CASO

O Ministério Público pediu ontem o afastamento do prefeito Gilberto Kassab (PSD)



ACUSAÇÃO

Promotoria diz que inspeção veicular funciona de maneira irregular na cidade porque contratação da Controlar foi feita de forma fraudulenta

PEDIDOS

■ Bloqueio dos bens dos envolvidos, perda dos direitos políticos e condenação por improbidade administrativa dos acusados

■ Suspensão da inspeção veicular, devolução dos valores de multas cobradas dos moradores de São Paulo, além de indenização por danos morais aos donos de veículos

R\$ 1,1 bilhão
é o valor da causa

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ, SÃO PAULO, 02 DE OUTUBRO DE 2011. 537
Promotoria: PIS - Curitiba - São Paulo - Cassab - Controlar (000000001) - CASAB (11) - 0112 0001

Do aspecto prospectivo, a medida que se projeta no futuro (preservar a instrução processual), se funda em análise retrospectiva, já que deve ser fundamentada em fatos passados que, de forma fundamentada, possam sustentar a possibilidade de sua incidência.

Exatamente a hipótese dos autos, em que os fatos, por si, demonstram a ingerência política e administrativa do Sr. Prefeito Municipal Gilberto Kassab sobre os fatos e caminhos adotados para a simulação da aparente legalidade.



Trecho da ação em que promotor acusa Kassab de ter interferido em favor da Controlar

CRONOLOGIA



1995
Inspeção veicular é criada em São Paulo e Controlar vence licitação

2004
Contrato fica na gaveta enquanto Prefeitura não determina início da inspeção

2007
Kassab ressuscita contrato antigo e começa a inspeção veicular em São Paulo

FOLHA DE S. PAULO

**Maksoud é
arrematado
por R\$ 70 mi,
lance mínimo**

25 NOV 2011

Compradores vão ter de esperar fim de processo

O Maksoud Plaza, hotel de luxo na Bela Vista, na região central de São Paulo, tem 416 apartamentos em 22 andares, 5.000 m² de área de eventos, fitness center, teatro de 420 lugares, seis bares, quatro restaurantes, um heliponto, várias obras de arte.

Avaliado pela Justiça em R\$ 140 milhões — valor considerado baixo pelo hotel, que não diz quanto vale realmente o local —, ele foi leiloado ontem pelo lance mínimo de R\$ 70 milhões. O dinheiro servirá para pagar dívidas trabalhistas que o Tribunal Regional do Trabalho diz alcançar R\$ 13 milhões. O hotel tem cinco dias para contestar o leilão.

Quem o arrematou foram os irmãos Jussara Elaine Simões e Fernando Simões, ligados ao grupo Julio Simões, de Mogi das Cruzes. Segundo a assessoria dos dois, a compra foi "opção pessoal de investimento imobiliário".

Eles já pagaram 30% de sinal, mas precisam depositar o restante ainda hoje, ou perdem o investimento.

Na verdade, ainda não podem usufruir do bem, porque o hotel conseguiu uma liminar na Justiça que suspendeu os efeitos do leilão até o julgamento do mérito da ação.

Ou seja: os irmãos terão que esperar que se esgotem todos os recursos, o que pode levar anos, se ocorrer.

O hotel diz que tudo já foi quitado com a arrematação de outro imóvel por R\$ 37 milhões (R\$ 13,7 já depositados).

MÔNICA BERGAMO

**PERTO
DO NINHO**

O governo do Estado e a Prefeitura de SP discutem a ideia de enviar frequentadores da craquelândia de volta a suas cidades de origem. Localizados pelo censo de moradores de rua que será finalizado neste ano, eles seriam encaminhados às prefeituras dos municípios em que nasceram para receber assistência.

NINHO 2

"Há um princípio de que cada comunidade tem que ser responsável por seu produto social. São Paulo é uma cidade acolhedora neste sentido, recebe a todos. Mas, para eles, o melhor é ficar perto de suas origens e de seus familiares", diz a vice-prefeita Alda Marco Antonio. Ela e Alckmin conversaram recentemente sobre a ideia.

25 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Da tribuna da Câmara, deputado questiona a opção sexual de Dilma

'Se gosta de homossexual, assuma', disse
Bolsonaro; para PT, houve quebra de decoro

Conhecido por suas declarações polêmicas, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) questionou ontem a orientação sexual da presidente Dilma Rousseff.

Ao protestar contra o chamado "kit anti-homofobia", material que seria distribuído em escolas para combater o preconceito contra homossexuais, o deputado disse que Dilma deveria assumir "que o negócio" dela é "amor com homossexual".

"O 'kit gay' não foi sepultado ainda. Dilma Rousseff, pare de mentir! Se gosta de homossexual, assuma! Se o seu negócio é amor com homossexual, assuma, mas não deixe que essa covardia entre nas escolas do primeiro grau", disse Bolsonaro, na tribuna da Câmara.

O líder do PT na Câmara,

deputado Paulo Teixeira (PT-SP), afirmou que o partido entrará com uma representação contra Bolsonaro no Conselho de Ética da Casa na próxima segunda-feira. Ele avalia que o deputado quebrou o decoro ao fazer uma declaração desrespeitosa contra a presidente.

Procurado pela **Folha**, o deputado negou ter feito questionamento sobre a orientação sexual de Dilma. Afirmou que quis dizer que ela "tinha um caso de amor com a causa homossexual".

O deputado Marcon (PT-RS) pediu para que a fala de Bolsonaro fosse retirada do site da Casa, o que aconteceu em seguida.

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) pediu que Marco Maia (PT-RS), presidente da Câmara, puna Bolsonaro e disse que o deputado pode ter cometido crime de injúria.

METRO 25 NOV 2011

Ex-marido de Cláudia vai depor

► Oposição na CPI do Derosso vai pedir a convocação ► Ao MP, César Guedes disse que ela já trabalhava com o presidente da Câmara em 2004

Os vereadores de oposição que compõem a CPI que investiga os contratos de publicidade da Câmara de Curitiba vão propor a convocação de César Pacheco Guedes, ex-marido da jornalista Cláudia Queiroz Guedes, dona da agência Oficina de Notícias e atual mulher do presidente licenciado do legislativo, João Claudio Derosso (PSDB).

César disse em depoi-

mento ao Ministério Público, que já em 2004 Cláudia tinha relação direta com Derosso, a quem prestava assessoria parlamentar.

Derosso e Cláudia foram denunciados pelo MP por ato de improbidade administrativa. A empresa dela participou e venceu a licitação de publicidade da Câmara, em 2006, quando ela era ainda funcionária do legislativo. Na CPI, ela decla-

rou que quando participou da licitação não tinha contato com Derosso.

A Oficina de Notícias também foi denunciada pelo MP, assim como os quatro integrantes da comissão especial de licitação que coordenou a concorrência da publicidade da Câmara.



MARTHA FELDENS
METRO CURITIBA

Os contratos

- 1 Duas agências venceram a licitação – a Visão Publicidade e a Oficina de Notícias.
- 2 O contrato original é de 2006. De lá para cá, foram feitos aditivos.
- 3 As duas empresas movimentaram R\$ 31 milhões

Ação do MP fecha o Vibe

A Justiça interditou ontem o "Vibe Bar", no Batel, por falta de alvará de funcionamento e licença para música. A vizinhança reclamou ao Ministério Público pelo barulho do local.

De acordo com o MP, o bar não tinha equipamentos para minimizar o ruído. Haveria irregularidades também na prevenção de incêndios. O juiz determinou que o bar fechasse imediatamente, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5 mil.

Suspeito é condenado

TELMA FONTOURA. Foi condenado ontem, a 18 anos de prisão, Paulo Estevão de Lima, pela morte da psicóloga Telma Fontoura, em julho do ano passado em Pontal do Paraná. Telma saiu de sua casa para caminhar e foi encontrada morta na areia. A polícia teria encontrado pegadas suas no local, e roupas escondidas com areia. Ele alegou inocência. ● METRO CURITIBA

MP-PR fará pesquisa

IMAGRM. O Ministério Público do Paraná realizará pesquisa de imagem com o objetivo de avaliar o índice de reconhecimento externo da instituição. A ação busca verificar a imagem do MP-PR percebida pela sociedade paranaense e o quanto ela se aproxima do posicionamento estratégico da instituição, a fim de subsidiar projetos e ações institucionais. "Tão importante quanto o que pensam os integrantes do MP-PR é captar os anseios e expectativas da própria comunidade", afirma o procurador-geral de Justiça, Olympio Sotto Maior Neto. ● METRO

25 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Mais nepotismo na Câmara

Roger Pereira

Depois do caso de João Claudio Derosso (PSDB), que empregou Renata Queiroz, irmã de sua mulher, Claudia Queiroz Guedes, e alegou que como não é casado no papel não via problemas na contratação, mais uma denúncia semelhante de nepotismo chega ao Conselho de Ética da Câmara Municipal de Curitiba.

O vereador Odilon Volkmann (PSDB) foi denunciado pelo empresário Cleiton Azeredo por manter, até agosto deste ano, a funcionária Emília Rocha em seu gabinete. Segundo a denúncia, Rocha seria mulher do vereador, sem registro civil. Volkmann confirmou o relacionamento com a ex-funcionária, mas disse que, a partir do momento em que o namoro ficou sério, decidiu exonerá-la.

Emília Rocha trabalhou no gabinete de Volkmann desde sua posse até o dia 1º de agosto deste ano, quando foi exonerada. Neste ano, ela ocupou cargo de assessora técnica parla-

mentar CC-5, com remuneração de R\$ 7.290,54 líquidos.

"Com o dinheiro que ela recebia dava para pagar três médicos no posto de saúde do Sítio Cercado. O bairro está jogado às traças", comentou Azeredo.

"Ela era funcionária do meu mercado. Me ajudou muito na campanha e a nomeei em um cargo no meu gabinete. Começamos um namoro quando ela já era funcionária da Câmara. Mas, exatamente porque esse namoro ficou sério, decidi exonerá-la", disse o vereador, que informou já ter dado essas mesmas explicações, "inclusive com a apresentação de documentos", ao Ministério Público do Estado, que recebeu denúncia semelhante do mesmo cidadão. "É jogo político, coisas de adversários aqui no meu bairro (Sítio Cercado),



mas vou provar, novamente, que estou correto e processar essa pessoa por calúnia e danos morais", declarou. "Isso não é jogo político, não sou bode expiatório de ninguém", rebateu o denunciante.

O vereador não quis comentar a situação de Derosso. "Cada caso é um caso. Mas penso que torna-se nepotismo quando a pessoa, mesmo que sem um documento, tenha o mesmo endereço, ou patrimônio em comum, o que não é meu caso. Mesmo assim eu preferi exonerá-la", comentou. "Eu sou divorciado, ela é solteira e não tem mais nenhum vínculo com a Câmara. Ninguém tem o direito de se meter em nossa vida pessoal", concluiu.

Condenado

Paulo Estevão de Lima apontado como autor da morte da psicóloga Teima Fontoura foi condenado a 18 anos de prisão, em Matinhos. Paulo vai responder em regime de prisão fechado por homicídio qualificado e ocultação de cadáver. O seu foi encaminhado ao Centro de Detenção de São José dos Pinhais, e a defesa afirmou que vai recorrer da sentença.

Interdição

A Justiça interditou a boate Vibe, no Batel, por falta de alvará de funcionamento e licença ambiental para atividade musical, entre outras irregularidades. A determinação atende ação da Promotoria do Meio Ambiente de Curitiba, que ingressou com a medida judicial a partir de reclamação da vizinhança, que relatou ao Ministério Público sofrer com a perturbação e barulho produzidos pelo estabelecimento.

PARANÁ ONLINE

Casa noturna no Batel é interditada

24 NOV 2011

A Justiça interditou o "Vibe Bar", no bairro Batel, por falta de alvará de funcionamento e licença ambiental para atividade musical, entre outras irregularidades.

A determinação atende ação da Promotoria do Meio Ambiente de Curitiba, que ingressou com a medida judicial a partir de reclamação da vizinhança, que relatou ao Ministério Público sofrer com a perturbação e barulho produzidos pelo estabelecimento.

De acordo com a ação, o bar extrapolava os níveis sonoros admissíveis no período da noite, inclusive em dias de semana. Também possuía irregularidades quanto à prevenção de incêndio, tendo sido já notificado pelo Corpo de Bombeiros.

A liminar, concedida pela juíza Mayra Rocco Stainsack, da 20ª Vara Cível da capital, impõe a interdição e paralisação imediatas das atividades do Vibe Bar, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5 mil. O responsável pela ação no MP-PR é o promotor de Justiça Edson Luiz Peters.

CONJUR

MP de Minas cria Procuradoria do Habeas Corpus

24 NOV 2011

Dentre os diversos comentários tecidos sobre o remédio constitucional, uma coisa é mais que certa: o número de Habeas Corpus cresceu vertiginosamente desde o início do século XXI. Como revelou levantamento do Anuário da Justiça 2011, nos últimos dez anos houve um aumento de 700% nesse tipo de pedido no Superior Tribunal de Justiça — e o Supremo Tribunal Federal não ficou atrás, registrando um aumento de 500%. Sensíveis à tendência, dois Ministérios Públicos estaduais resolveram criar procuradorias especialmente voltadas para a garantia. A ideia é concentrar esforços em um setor específico do Ministério Público para cuidar somente de Habeas Corpus.

Nascida em São Paulo em 1993, a Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus chega agora às terras mineiras. Acolhendo proposta do promotor de Justiça **André Melo**, o Ministério Público de Minas Gerais resolveu copiar a experiência paulista. A criação do órgão foi aprovada, na última sexta-feira (18/11). De acordo com **Geraldo Flávio Vasques**, procurador-geral de Justiça adjunto jurídico, a Procuradoria começa a funcionar em 5 de dezembro, quando será de fato instalada. Ele conta que um dos objetivos é criar um banco de dados em conjunto entre as duas procuradorias.

Em São Paulo, a Procuradoria atua com entendimentos uniformes, que podem ser acessados [aquí](#). Um deles, por exemplo, recomenda que “a sentença homologatória da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099, de 1995, tem natureza condenatória, fazendo coisa julgada material e formal, com as únicas restrições expressamente previstas em lei, sendo, portanto, vedada a futura instauração de ação penal pelo mesmo fato”. O dispositivo em questão determina que “havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta”.

André Melo, autor da proposta, conta que buscou inspiração na ideia pioneira, dado o número de crescimento da população do estado e os investimentos no sistema carcerário — os dois fatores, conta, impulsionaram os pedidos de Habeas Corpus. Inicialmente, membros da Procuradoria Criminal do MP de Minas serão realocados para a nova área. Hoje, eles são em número de seis. Ou seja, a recém-criada começa a funcionar com metade da sua capacidade, já que a proposta fala em 12 procuradores atuando.

De acordo com o parágrafo segundo da resolução que institui a Procuradoria, é atribuição dela “oficiar em todos os Habeas Corpus que tramitarem pela Procuradoria-Geral de Justiça”. E ainda: “oficiar em pedidos de suspensão de liminares; participar das sessões dos tribunais, sustentando oralmente, se necessário, a posição do Ministério Público, no julgamento dos processos em que oficiou, tomando ciência, pessoalmente e mediante vista dos autos respectivos, das decisões proferidas e interpor, quando for o

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CONJUR

caso, recursos aos Tribunais locais ou Superiores e acompanhar a respectiva tramitação”.

O HC e o espirro

24 NOV 2011

“Hoje, a cada espirro do juiz se entra com um Habeas Corpus”, chegou a declarar o ministro Ari Pargendler, do Superior Tribunal de Justiça. “O Habeas Corpus deveria se limitar à função original, que é socorrer o réu preso. Incidentes processuais deveriam ser resolvidos por meio de recurso”, disse.

Professora de Direito Penal da Direito GV, **Heloisa Estellita** lembra que quem responde a processo penal tem urgência em duas coisas: que, um, ele seja justo e que, dois, seja célere. “Não há recursos intermediários no processo penal”. Na prática, significa dizer que o réu só tem um instrumento à mão se quiser questionar ilegalidades: o Habeas Corpus. “Há pressa”, conta.

Por isso, a professora não recrimina a profusão de pedidos. Pelo contrário. “A defesa ainda é mal tratada no Brasil e os acusados, por meio da Defensoria Pública, estão tendo seus direitos mais bem atendidos”, explica. Heloisa lembra também que a incidência de ilegalidades, tidas como básicas, no curso do processo ainda é grande, como presos que não deveriam estar presos e erros relacionados à dosimetria da pena. Daí, a necessidade de recorrer ao remédio constitucional.

“Quem reclama do aumento de Habeas está reclamando do aumento de trabalho”, opina a criminalista. “Claro que vai ter quem age de má-fé e quem usa o recurso só para atrasar o trâmite, mas não é sempre assim. Aqui no Brasil, um único juiz pode condenar o acusado a uma pena muito alta. O ideal seria que eles atuassem em três juízes”, diz.

Thiago Gomes Anastácio, criminalista associado ao Instituto de Defesa do Direito de Defesa, tece seu raciocínio no mesmo sentido. Ele lembra que “o processo penal é a garantia de que não há ilegalidades” e que “o Habeas Corpus é um elemento central da democracia”. Para ele, o Ministério Público e a magistratura deveriam se atentar às decisões do Supremo. “O erro não é de quem pede o HC, mas de quem erra ao descuprir os entendimentos”.

Sobre a criação da Procuradoria de Habeas Corpus, Anastácio diz que “toda especialização tem uma coisa boa e outra ruim”. A ruim, aponta, é que “são raros os casos em que a Procuradoria é favorável ao pedido”.

Mais julgadores

O criminalista toca em outro ponto: a necessidade de se aumentar o número de ministros, tanto no Supremo quanto no STJ. Em voto recente, inclusive, o ministro **Marco Aurélio**, do Supremo Tribunal Federal, criticou a demora no julgamento de um Habeas Corpus, como [noticiou](#) a revista **Consultor Jurídico**.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CONJUR

Com base em tabelas e estatísticas, o ministro demonstrou a necessidade de se aumentar o número de juízes que hoje compõem o STJ. “É injustificável encontrar-se sem julgamento pelo colegiado Habeas Corpus cujo processo está aparelhado, para tanto, há mais de dois anos”.

24 NOV 2011

Apesar de considerar a demora no julgamento do Habeas Corpus como injustificável, ao prestar informações, o STJ esclareceu que, por causa da “aposentadoria do ministro Paulo Galotti, o processo foi distribuído ao ministro Haroldo Rodrigues e encontra-se concluso com parecer do Ministério Público Federal”.

O paciente do Habeas Corpus em questão foi o ex-prefeito de Bauru (interior de São Paulo), Antonio Izzo Filho, defendido pelo criminalista **Alberto Zacharias Toron**. De acordo com a defesa, a 2ª Vara Criminal da cidade condenou o político à pena de cinco de reclusão pelo crime de extorsão contra a ECCB, antiga empresa de ônibus circular da cidade. “Ao estabelecer a pena base superior ao mínimo legal de dois anos para o tipo”, alegou o advogado, “o magistrado levou em consideração o fato de o crime ter sido praticado quando o agente exercia o cargo de prefeito”.

Pensão deve observar lei em vigor na data do óbito

CONJUR 24 NOV 2011

A pensão por morte a ser paga ao menor sob guarda deve observar a lei em vigor na data do falecimento do segurado. Isso porque esse é o fato gerador para a concessão do benefício previdenciário. Se a morte ocorreu antes da edição da Medida Provisória 1.523, de 11 outubro de 1996, o recebimento está assegurado; se foi depois, o menor não tem direito ao benefício.

A conclusão é da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que definiu também que o menor sob guarda não pode mais ser equiparado ao filho de segurado, para fins de dependência. De acordo com o voto do relator, ministro Gilson Dipp, o reconhecimento do direito à pensão por morte não é mais possível após as alterações promovidas pela MP 1.523/96, reeditada até sua conversão na Lei 9.528, em 10 de dezembro de 1997.

A questão teve início com Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal contra o INSS. O objetivo era a condenação do instituto a considerar o menor sob guarda como dependente equiparado ao filho do segurado, conforme previsto no artigo 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na redação original do artigo 16, parágrafo 2º, da Lei 8.213/91.

Em primeira instância, a ação foi julgada procedente. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região confirmou a sentença. Insatisfeito, o INSS recorreu ao STJ. Alegou, em preliminar, a ilegitimidade do Ministério Público para a defesa de direitos individuais patrimoniais disponíveis ou de qualquer direito individual homogêneo. No mérito, sustentou que a decisão ofendeu o artigo 16, parágrafo 2º, da Lei 8.213, com redação dada pela Lei 9.528, que afastou o menor sob guarda do rol de dependentes de segurados da Previdência Social.

A preliminar de ilegitimidade foi acolhida em decisão monocrática no STJ, mas o Supremo Tribunal Federal a afastou, após examinar Recurso Extraordinário, determinando que o STJ julgasse o mérito do recurso.

Em outro processo (EREsp 727.716) relacionado ao mesmo tema, o Ministério Público alegou que o artigo 16, § 2º, da Lei 8.213, na redação dada pela Medida Provisória, seria inconstitucional. A Corte Especial, no entanto, entendeu que a lei superveniente não teria negado o direito à equiparação do menor sob guarda, mas apenas se omitiu em prevê-lo, não havendo portanto inconstitucionalidade a ser declarada, razão pela qual o incidente não foi sequer conhecido.

Ao analisar agora o Recurso Especial na 5ª Turma, o ministro Gilson Dipp lembrou que, durante algum tempo, foi motivo de debates no STJ se o artigo 33 do ECA – que cria a possibilidade de a criança sob guarda ser considerada dependente para fins

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CONJUR

previdenciários – deveria prevalecer em relação à legislação previdenciária, por ser tida como norma especial.

24 NOV 2011

Se fosse esse o entendimento, disse o ministro, “o direito do menor sob guarda à percepção do benefício *post mortem* persistiria até os dias atuais, pois não teria sido ceifado pela norma previdenciária de 1997”. No entanto, em vários julgamentos, a 3ª Seção do STJ já decidiu que não prevalece o disposto no artigo 33 do ECA, em razão da alteração introduzida pela Medida Provisória 1.523.

Diante disso, afirmou o relator, “outra não pode ser a conclusão a respeito da matéria, a não ser a de que o entendimento já assentado no âmbito da 3ª Seção, no sentido de que a pensão por morte deve observar a lei em vigor na data do óbito do segurado, por ser esse o fato gerador para a concessão do benefício, deve ser mantido”.

O ministro explicou que ao menor, cujo guardião morreu antes da Medida Provisória 1.523, continuará assegurada a percepção do benefício. “Contudo, o óbito ocorrido após a alteração legislativa não gerará a percepção do benefício *post mortem*, não havendo, pois, falar em prevalência do artigo 33, parágrafo 3º, do ECA em detrimento da norma previdenciária, cuja natureza é também específica”, concluiu Gilson Dipp. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*